



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

PARECER - 2024/081 – 28/06/2024

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO 096/2024

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO – DISPENSA DE LICITAÇÃO
– SITUAÇÃO EMERGENCIAL – POSSIBILIDADE JURÍDICA
– RECOMENDAÇÕES

Trata-se de pedido de aquisição emergencial de mobiliário para a EMEF Murici e EMEF Leni Kroupp, tendo em vista que ambas escolas estavam com previsão de funcionamento para o ano letivo de 2024, necessitando destes mobiliários para melhor atender aos alunos, professores e a comunidade.

No ministério do doutrinador Marçal Justen Filho *no caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propicia a concretização do sacrifício a esses valores*¹.

É certo que a regra é a realização da licitação pública e, previamente a ela o planejamento das aquisições. Contudo, a própria lei de regência estabelece os casos em que a licitação pode ser dispensada ou é dispensável, comando este insculpido no rol estipulado no art. 75 da lei 14.133/2021.

No que tange às possibilidades de dispensa de licitação, uma das hipóteses é de natureza emergencial, quando a situação concreta demonstrar que a espera pelo regular processo licitatório colocaria em risco o interesse público, que de forma geral vem positivado no inciso VIII do art. 75, da Lei 14.133/2021, o qual prevê:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da

¹ FILHO. Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Dialética. 15ª edição. 2012, p.339



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Nesse contexto, obviamente, a realização de procedimento licitatório não se mostra a solução mais adequada para o cumprimento da legislação. Neste sentido, são lapidares as lições de Niebuhr:

“Para fins de dispensa, o vocábulo emergência quer significar necessidade de contratação que não pode aguardar os trâmites ordinários de licitação pública, sob pena de perecimento do interesse público, consubstanciado pelo não atendimento de alguma demanda social ou pela solução de continuidade de atividade administrativa. Com o escopo de evitar tal gravame, autoriza-se a contratação direta, com dispensa de licitação pública.” (NIEBURH, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p.115).

Portanto, consoante a melhor doutrina, uma vez que caracterizada a necessidade urgente de aquisição do bem ou serviço, nasce, no mundo fático, a justificativa para a contratação direta, via dispensa de licitação, fundamentada no inciso VIII do art. 75.

A escolha da empresa ALFA LICITAÇÕES LTDA., reside na disponibilidade para o imediato fornecimento do mobiliário, visto que não seria possível aguardar certame regular, bem como por apresentar o menor orçamento. Importante destacar que mesmo nas contratações emergenciais, deve o município demonstrar a tentativa de obtenção de outros orçamentos para justificar o preço contratado.

Importante destacar que mesmo nas contratações emergenciais, a administração pública deve se atentar ao devido processo legal, realizando os procedimentos de contratação conforme preconiza a lei.

Portanto, confirmada a hipótese legal, passemos à análise da instrução processual, de acordo com o Decreto Municipal nº 191/2023 e à Lei nº 14.133/2021:

- Há DFD com justificativa da necessidade da contratação;
- Orçamentos: Apresentado apenas um orçamento, sendo necessário a obtenção de no mínimo 3 conforme art. 23, § 1º, inc. IV da Lei 14.133/2021;
- Dotação Orçamentária: Não informada;
- Documentação de habilitação: inserir no processo administrativo a documentação de habilitação da empresa contratada;
- ETP: Resta dispensado, conforme art. 10, § único do Decreto Municipal 191/2023;
- Autorização para lançamento de licitações juntamente com as designações para as funções de Responsável Técnico, Fiscal do Contrato e Gestor do Contrato conforme art. 17, § único do Decreto Municipal nº 18/2023: Não apresentada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

A presente análise não considera critérios de conveniência e oportunidade da contratação, aspectos técnicos acerca das especificações contidas na contratação, tampouco elementos para avaliar os quantitativos licitados. Salienta-se, contudo, a relevância do correto recebimento do objeto.

Face ao exposto, opina-se pela viabilidade jurídica da contratação emergencial pretendida, com arrimo no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, devendo o ato autorizativo da contratação ou o extrato do contrato estar disponível em sítio eletrônico oficial e no PNCP, condicionado à correta instrução processual apontados neste parecer.

É o parecer.

Luís César Sackis Netto
OAB/RS nº 94.994